



VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Mais do que agir é prevenir

Enquanto o ministro da Justiça, Flávio Dino, promete rigor no combate aos atentados, especialistas defendem atenção psicológica no ambiente de ensino

» VICTOR CORREIA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou ontem que “a polícia vai buscar um a um” os responsáveis por ameaças e tentativas de ataques a escolas. Ao comentar os resultados da Operação Escola Segura, iniciada após os casos de ataques com vítimas fatais, Dino afirmou que o governo federal pretende endurecer contra quem faz apologia à violência.

“Não vamos permitir que se instale o terrorismo, de inspiração em outros países. Qualquer que seja essa ideologia. Vamos continuar a agir até nós combatermos e debelarmos, um a um, esses agrupamentos extremistas que estão querendo fazer terrorismo contra as crianças, contra os adolescentes e contra a educação”, declarou o ministro.

De acordo com Flávio Dino, a Operação Escola Segura efetuou 302 prisões desde 5 de abril por ataques, tentativas e ameaças a escolas no âmbito da operação federal.

Segundo o ministro, grande parte das ameaças de ataques parte de grupos nazistas e neonazistas, espalhadas pelo país. “São poucas pessoas, mas são pessoas muito perigosas”, frisou. O chefe da pasta destacou ainda que o pensamento extremista é o mesmo que disseminou notícias falsas em relação à vacinação, e que contribuiu para derubar os índices de imunidade entre as crianças.

Dino frisou também que o governo continuará o monitoramento nas escolas nos próximos dias. Até o momento, não há motivo para preocupação, segundo ele. “Se for preciso fazer mil (prisões), faremos, porque o poder Judiciário também está sensível a essa realidade”, pontuou o ministro. “Quantas famílias hoje deixaram de enviar seus filhos às escolas? Milhares. Por causa de uma

Reprodução/TV Senado



Especialistas debatem na Comissão de Educação do Senado: segurança e saúde mental nas escolas



Precisamos avançar no protocolo de segurança escolar. Ações de monitoramento dessas situações devem estar integradas na prevenção do combate aos ataques às escolas.”

Raquel Gallinati, diretora da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil

minoridade de extremistas que não quer se adequar às regras da democracia. Pois a democracia exige força”, completou.

No Senado Federal, uma audiência pública realizada

na Comissão de Educação reuniu autoridades e especialistas para debater a violência nas escolas. Na opinião da diretora da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil e embaixadora do Instituto Pró-Vítima, Raquel Gallinati, medidas de segurança devem ser adotadas urgentemente pelo poder público. Ela reconheceu a importância do policiamento ostensivo, mas pediu foco na prevenção e nas ações de inteligência.

Segundo a delegada, geralmente os ataques são praticados por alunos ou ex-alunos. Assim, uma atenção maior no ambiente escolar pode ajudar na prevenção. Raquel apontou que ações de indisciplina recorrentes, uso indevido de aparelhos eletrônicos, saídas e ausências injustificadas, danos contra o patrimônio da escola, agressões e ameaças, discriminações, consumo de álcool, problemas de

vulnerabilidade e bullying são indícios de que há algo errado no ambiente escolar.

“Precisamos avançar no protocolo de segurança escolar. Ações de monitoramento dessas situações devem estar integradas na prevenção do combate aos ataques às escolas”, defendeu.

O coordenador do Grupo de Dependências Tecnológicas do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Cristiano Nabuco de Abreu, pediu a atenção da sociedade e do governo com o aspecto da saúde mental dos alunos. Segundo ele, levantamentos mostram que cerca de dois terços dos ataques a escolas são vazados ou sinalizados na internet. Daí a importância do monitoramento e da prevenção. Ele ainda sugeriu a criação de programas de acompanhamento psicológico no ambiente escolar. **(Com Agência Senado)**

MARIA DA PENHA

Denúncia será motivo para medida protetiva

» ISABEL DOURADO*

Mulheres vítimas de agressão física, psicológica e sexual terão direito a medidas protetivas de urgência a partir do depoimento ou a alegação escrita da violência. A mudança na lei Maria da Penha foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e co-assinada pela Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e pelo ministro da Justiça, Flávio Dino.

A Lei 14.550/2023 acrescenta o artigo 40 à lei Maria da Penha e determina que ele será aplicado a todas as situações previstas em seu artigo 5º, independentemente dos atos de violência e da condição do agressor ou da vítima. As medidas protetivas de urgência vão vigorar enquanto houver risco para a integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da vítima e de seus dependentes. A alteração da lei deixa claro que as medidas protetivas não devem ter um prazo, já que não é possível estimar

em quanto tempo o risco à vida da mulher cessaria. As medidas protetivas devem perdurar enquanto forem necessárias.

Além disso, a concessão das medidas depende do registro do Boletim de Ocorrência, inquérito ou ações judiciais. A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, afirmou que a mudança da lei é importante pois dá valor absoluto à palavra da mulher em situação de violência. “Trata-se de uma importante alteração da Lei Maria da Penha, pois potencializa o crédito ao depoimento das mulheres que denunciam uma situação de violência doméstica”, disse.

O projeto foi proposto pela ex-senadora e atual ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados em 2022. Tebet comemorou a sanção da mudança da lei. “Dia de conquista para as mulheres! A Lei Maria da Penha ficou ainda melhor. As medidas protetivas à mulher,

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Tebet, autora da regra sancionada por Lula: “A lei ficou melhor”

vítimas de violência, vão ser concedidas já na denúncia. Antes, entre a denúncia e a decisão do processo, era o tempo do medo, o risco da violência aumentava”, escreveu.

Nem todo mundo partilha do entusiasmo das ministras. A advogada criminalista e especialista em Direitos das Mulheres Hanna Gomes tem ressalvas. “Não se sabe se a situação foi um crime, se está dentro da lei. Há o problema de que qualquer

comunicação vai virar uma medida protetiva. Isso pode levar a injustiças”, pondera.

Gomes ressalta outras dificuldades. “Quem vai autorizar a medida protetiva? Vai ser o Ministério Público?”, critica. A advogada lembra, ainda, que a Lei Maria da Penha já prevê medidas protetivas de urgência. “Na delegacia a vítima já pode ir para casa abrigado, para a casa da mulher brasileira, ficar em um conselho tutelar por uma noite”, exemplifica.

O Brasil registrou mais de 500 mil medidas protetivas de urgência para meninas e mulheres em situação de violência doméstica. De acordo com o CNJ, mais da metade das vítimas têm entre 20 e 39 anos.

Gabriela Manssur, ex-promotora de justiça, advogada especializada em direito das mulheres vê a mudança na lei de forma positiva. Mas vê demandas. “É extremamente necessário o investimento em torçoeleiras eletrônicas para os homens que têm medidas protetivas”, defende. “E também o botão do pânico para as mulheres acionarem diretamente a polícia”, acrescenta.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

>> DEU NO

www.correio braziliense.com.br

Arquivo Pessoal



Heloísa Buarque de Hollanda: imortal

A escritora e crítica cultural Heloísa Buarque de Hollanda, de 83 anos, foi escolhida membro da Academia Brasileira de Letras. Ela vai ocupar a cadeira 30, que estava vaga desde a morte de Nélida Piñon, em dezembro de 2022. Heloísa passa a ser a 10ª mulher eleita para a ABL. A intelectual definiu um campo de pesquisa que privilegia a relação entre cultura e desenvolvimento, dedicando-se às áreas de poesia, relações de gênero e étnicas, culturas marginalizadas e cultura digital. Entre os livros que publicou, destaca-se a coletânea *26 Poetas Hoje*, de 1976, que revelou poetas “marginais” como Ana Cristina Cesar, Cacaso e Chacal. Pela primeira vez, a ABL utilizou urnas eletrônicas para eleger um novo representante.

Ministro volta após invasões do MST

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, confirmou ontem que as invasões promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram a razão de ele ter encurtado a viagem ao Reino Unido, onde estava desde a segunda-feira. “A segurança jurídica do campo é essencial para essa retomada de crescimento do agro e, consequentemente, da economia brasileira”, escreveu Fávaro em uma rede social. Mesmo após acordo com o governo para desocupação dos locais, o MST segue em áreas da Embrapa, em Pernambuco, e da Suzano, no Espírito Santo. O movimento diz que deixará as áreas quando o governo anunciar medidas para assentar as famílias que ocupam esses locais.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Unicef: pandemia prejudicou vacinação

Nas vésperas da Semana Mundial de Imunização, celebrada entre 24 a 30 de abril, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aponta que cerca de 1,6 milhão de crianças não receberam nenhuma dose contra a poliomielite e a tríplice bacteriana (DTP) no Brasil. Os dados são referentes ao período entre 2019 a 2021. O Brasil responde por 40% das crianças sem nenhuma dose da vacina DTP na América Latina. A situação se agrava entre a população mais pobre. “Nossas crianças e jovens devem ser protegidos e só conseguiremos fazer isso com união, trabalho baseado em ciência e diálogo com a sociedade”, pontuou a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

TCU veta penduricalho de R\$ 10 mil

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira determinou, na quarta-feira, o corte do pagamento de penduricalho que permitia a juízes embolsar até R\$ 10 mil por mês. A decisão de Oliveira vem um dia após o corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, determinar a suspensão do pagamento retroativo do benefício, que poderia ter impacto de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. “Pondero que as circunstâncias do caso justificam a atuação incisiva do tribunal no sentido de fazer cessar os pagamentos inquinados, não podendo esta Corte furta-se a exercer sua competência e seu controle de legalidade, como guardião e garantidor do bom emprego dos dinheiros públicos, bem como, se for o caso, de buscar a devida reparação aos cofres federais dos prejuízos concretizados, no momento processual adequado”, escreveu Oliveira na decisão.

Chuva deixa 8 estados em emergência

A Defesa Civil reconheceu situação de emergência nos estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O registro identifica 25 cidades afetadas por chuvas intensas, inundações, deslizamentos e enxurradas. Uma massa de ar polar avança sobre o centro-sul do país desde quarta-feira. O ClimaTempo indica que esta será a massa de ar mais intensa do ano até o momento, o que pode derrubar as temperaturas, inclusive, em Rondônia e no Acre. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), por sua vez, afirma que até o sábado (22) é esperado volume expressivo de chuva em Santa Catarina.